

ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA	5
PLANO	7

I TEORIA GERAL DO ESTADO DE EXCEÇÃO CONSTITUCIONAL

§ 1º	Introdução	
1.	Estado de exceção e Constitucionalismo	11
2.	Eficiência e normatividade no estado de exceção constitucional	14
3.	Tópicos fundamentais da Constituição de Exceção	16

CAPÍTULO I – DELIMITAÇÃO

§ 2º	Discussão conceptual	
4.	Concepções organizatórias	19
5.	Concepções materiais	22
6.	Concepções funcionalistas	23
7.	Uma concepção global	25
§ 3º	Elementos definidores	
8.	Elemento material	27

9. Elemento funcional	30
10. Elemento temporal	38
§ 4º Modalidades	
11. Quanto às causas	43
12. Quanto ao conteúdo	52
13. Outros critérios	57
CAPÍTULO II – FUNDAMENTO	
§ 5º Superação das concepções tradicionais	
14. O estado de necessidade	65
15. A legítima defesa do Estado	67
16. Avaliação crítica	69
§ 6º Estado de exceção como proteção constitucional	
17. A defesa da Constituição em geral	73
18. O estado de exceção como garantia extraordinária da Constituição	75
19. Exceção constitucional e ponderação de bens constitucionais	78
20. Estado de exceção e diversidade dos mecanismos de salvaguarda da Constituição	79
CAPÍTULO III – NATUREZA	
§ 7º Insuficiência explicativa das vicissitudes constitucionais comuns	
21. Equiparação à revisão constitucional	85
22. Ab-rogação constitucional	88
23. Ditadura comissarial	89
24. Suspensão (parcial) da Constituição	94
§ 8º Exceção constitucional como vicissitude constitucional autónoma	
25. Exceção constitucional e dinâmica constitucional	102
26. Estado de exceção como poder constitucional	104

27. Estado de exceção como ordem constitucional alternativa	106
28. Estado de exceção como princípio geral de Direito Constitucional	107

II

ESTADO DE EXCEÇÃO CONSTITUCIONAL
NO DIREITO PORTUGUÊS

CAPÍTULO IV – COORDENADAS FUNDAMENTAIS

§ 9º Demarcação dos tipos de exceção	
29. Fontes jurídico-regulativas	111
30. Monismo ou dualismo?	113
§ 10º Modelo português de estado de exceção	
31. Influências e originalidades	115
32. Apreciação à luz das exigências do Estado de Direito	118
33. Projeção internacional lusófona	123

CAPÍTULO V – ASPETOS DA ESTÁTICA

§ 11º Pressupostos	
34. A “agressão efetiva ou iminente por forças estrangeiras”	127
35. A “grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática”	137
36. A “calamidade pública”	143
37. A análise conjunta dos pressupostos	149
§ 12º Decisão	
38. As manifestações de discricionariedade na decisão de exceção	154
39. A limitação intrínseca do princípio da proporcionalidade	162
§ 13º Efeitos materiais	
40. A “suspensão do exercício” de direitos, liberdades e garantias	171

41. Os direitos fundamentais “que não podem ser afetados” pelo efeito suspensivo	177
§ 14º Efeitos organizatórios	
42. A atribuição de competência administrativa extraordinária – as “providências necessárias e adequadas”	189
43. A intangibilidade da regulação constitucional dos órgãos de soberania e de governo regional e dos seus titulares	197
44. Os limites dos limites aos efeitos organizatórios: revisão constitucional e dissolução parlamentar	204
§ 15º Aplicação dos efeitos	
45. A aplicação <i>ex ratione loci</i>	209
46. A aplicação <i>ex ratione temporis</i>	214
CAPÍTULO VI – ASPETOS DA DINÂMICA	
§ 16º Decretação	
47. A omissão de dados normativos quanto à iniciativa	225
48. A audição do Governo e do Conselho de Estado	231
49. A autorização da Assembleia da República	236
50. A declaração do Presidente da República	243
51. A referenda ministerial do Governo	246
52. A publicitação dos atos de exceção	249
53. A (eventual) confirmação parlamentar	253
§ 17º Vicissitudes	
54. A execução	260
55. A modificação	268
56. A extinção	277
§ 18º Tutela	
57. A apreciação político-parlamentar da aplicação	286
58. Os meios de defesa não contenciosa; o direito de resistência em especial	290
59. A sindicabilidade jurisdicional dos atos de exceção	298
BIBLIOGRAFIA	305